

## **PARECER EM CONJUNTO DA CCJ E DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 59, DE 24 DE AGOSTO DE 2021.**

*"Estabelece a inclusão da língua brasileira de sinais – LIBRAS – no currículo escolar no âmbito do Município de Sarzedo e dá outras providências".*

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Vereador José estevam Lourenço Neto, vem à estas Comissões para análise, sob os ângulos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em obediência ao disposto no art. 107, I, do Regimento Interno.

Lido em Plenário no dia 09 de setembro do corrente ano, durante a 15ª Sessão Ordinária, o PL nº 59 de 24 de agosto de 2021 foi encaminhado à Sala das Comissões, e, após apreciação com diversas observações pertinentes, opinou-se pela aprovação, haja vista estar dentro dos parâmetros legal, constitucional, jurisdicional e boa técnica legislativa.

Em análise ao referido projeto, tem-se que quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa é necessário emendar o mesmo no seu caput, art. 3º inciso II, e art. 8º, que seguirão conexas a este parecer.

Vale ressaltar, que o presente projeto não ofende a moralidade, e muito menos é prejudicial ao interesse público, estabelecer a inclusão da língua brasileira de sinais – LIBRAS – no currículo escolar do Município de Sarzedo, oportunizando aos cidadãos, em fase escolar, as ferramentas necessárias para garantir a inclusão social por meio do acesso de todas as crianças ao aprendizado desta linguagem, contribuindo assim, no processo de eliminação das barreiras de comunicação.



Ademais, Estudando a Língua Brasileira de Sinais o aluno aprende a pensar não só verbalmente, mas também visualmente e também com mais rapidez, contribuindo para os demais aprendizados, justamente por estimular o raciocínio

Ante ao exposto, no que se refere aos aspectos constitucionais, legais e regimentais, o presente parecer manifesta pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, no mérito, opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 59/2021.

Sala das Comissões Frank Landi, em 30 de novembro de 2021.

**Gilberto José da Silva**  
Presidente da CCJ  
Relator (suplente) da C. de Educação

**José Luiz de Santana**  
Relator (suplente) da CCJ  
Presidente da C. de Educação

**Daniela Cristina Teixeira Salles**  
Membro da CCJ  
Membro (suplente) da C. de Educação